

Primeiramente, Lula Livre!

VII Congresso do Partido dos Trabalhadores

O cenário é desfavorável. No entanto, as mobilizações de resistência ao golpe, a rearticulação dos setores organizados nas frentes populares e a retomada do debate interno no PT sugere que existem condições para se enfrentar o avanço da direita, repensar o papel do partido nos próximos anos e nos recolocar como protagonistas.

Consideramos que é fundamental que o VII Congresso seja feito num debate politizado, onde se aprofundem nossas divergências visando a reestruturação do PT no plano nacional. O foco não deve ser as disputas por espaço e personalizadas que muitas vezes caracterizam o embate interno. O Congresso deve conduzir o PT a atualizar a sua forma de fazer uma política dinâmica, democrática e socialista.

1. O PT - Uma história de muitas lutas

O PT nasce da indignação e da luta dos trabalhadores, da campanha pela Anistia e pelo fim da ditadura. Nas décadas de 1980 e 1990, teve grande inserção nas principais lutas e organizações do movimento social e as conquistas mais significativas no campo dos direitos tiveram a sua participação. Nesse período, o PT ganhou força eleitoral, ampliou sua participação nos governos locais e no parlamento federal. A força, a determinação e o comprometimento da militância petista foram marcas e símbolos partidários.

Essa força militante, presença constante nos movimentos sociais e nas campanhas eleitorais, era sustentada por princípios constituintes do próprio partido: luta pela justiça e contra as desigualdades, relação de confiança e de solidariedade entre os petistas, democracia interna, engajamento militante e trabalho de base popular.

A experiência eleitoral levou o PT a buscar estratégias para conquistar outros setores da sociedade brasileira, para além da sua base social. Em 1998, uma grande aliança com os partidos progressistas, ainda não foi suficiente para conquistar a presidência. Em 2002, com uma aliança mais ao centro, o PT conseguiu eleger Lula. Foram dois mandatos do Presidente Lula e um da Presidenta Dilma, pois o que seria seu segundo mandato, foi um período de sabotagem política até o golpe que a tirou do poder.

É necessário afirmar que o PT cometeu ao longo dessa trajetória, falhas e equívocos, muitos inflados e distorcidos pela grande mídia, mas ainda é a maior referência de construção democrática de esquerda da América Latina e seu legado deve ser valorizado. O Congresso é uma oportunidade de avaliar e rever muitas de nossas práticas e de escrever um novo capítulo de nossa história.

2. Conjuntura nacional

Em pouco tempo de governo, a sociedade brasileira pôde conhecer a exata dimensão do perigo que representa o governo Bolsonaro para o Brasil. Em 30 anos de mandatos, Jair Bolsonaro criou uma rede de relações com as milícias cariocas – formadas principalmente por militares na ativa e da reserva – que dominam alguns territórios do Rio de Janeiro e constroem a população a pagar pelo domínio territorial, por meio da extorsão, da tortura e da eliminação física de cidadãos.

Esse esquema está fartamente comprovado: Flavio Bolsonaro acolheu representantes dessas organizações em seu gabinete e adquiriu grande patrimônio, fruto da atividade das milícias; o militar reformado, Fabricio Queiroz, militar da reserva, que trabalhou no gabinete de Flavio, era o elo entre a família Bolsonaro e as milícias; a filha de Queiroz trabalhou no gabinete do então deputado, hoje presidente, Jair Bolsonaro. Além do que ganhou com o crime organizado, Flavio Bolsonaro apropriou-se de proventos dos próprios funcionários e transferiu recursos ilícitos para seu pai, Jair Bolsonaro.

O governo Bolsonaro foi vitorioso na eleição das mesas da Câmara e do Senado. Fortalecido pelo resultado, coloca como carro chefe da agenda de governo um ataque frontal aos direitos previdenciários, por meio do sacrifício dos trabalhadores e da classe média e pela privatização da previdência pública, que ficará a cargo dos banqueiros.

Ao mesmo tempo, o governo coloca em curso um plano de privatizações das empresas públicas como meio de transferência das riquezas nacionais para o capital estrangeiro. A tragédia de Brumadinho não serviu de lição para os atuais gestores do executivo.

Para responder à sua agenda eleitoral, o governo lança um pacote de segurança pública que tenta legalizar a pena de morte por meio do excludente de ilicitude – verdadeira autorização para parte da polícia matar – o que visa legitimar um direito penal seletivo e de cunho autoritário. Com isso, aprofundará a crise do sistema penitenciário brasileiro e rasga-se a Constituição, manipulando o sentimento de insegurança da população.

O fundamentalismo político e religioso domina o governo, em especial, os ministérios de direitos humanos, educação, meio ambiente e relações internacionais, gerando atritos com diferentes setores da sociedade brasileira e com outros países e agências internacionais. Em política externa, além de submeter o país às diretrizes da política de Trump e Benjamin Netanyahu, Bolsonaro se articula com os EUA e os países vizinhos para derrubar o governo legítimo da Venezuela.

Como se não bastasse, o ataque às instituições sindicais, no sentido de coibir a contribuição sindical dos trabalhadores a suas entidades, e a política de controle dos recursos das ONG, por meio do controle das ajudas da cooperação internacional, demonstram a forma como se dará o enfrentamento com este governo: Aos trabalhadores nada. Ao Capital tudo!

3. A Conjuntura e o PT no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, vivemos um momento difícil com a eleição do conservador Witzel para o governo do estado, Flávio Bolsonaro Senador e uma bancada do PSL com dezoito deputados estaduais e doze deputados Federais, o que fortalece grupos paramilitares na máquina pública com tráfico de influência e uso para fins ilícitos. Ao mesmo tempo, o judiciário se mostra inoperante. Na primeira denúncia de desvio de recursos públicos, o motorista Queiroz não foi encontrado e Flávio Bolsonaro não depôs.

O PT no estado não sofreu só com a onda bolsonarista que tomou conta do sul brasileiro e parte de todo o país, mas também pela má condução da direção estadual. O Diretório não se reúne, não há política que oriente a atuação dos filiados e parlamentares, pouca relação é estabelecida com os movimentos sociais clássicos e novos, os diretórios municipais não tem acompanhamento sistemático e a gestão é marcada pela ausência do debate político.

Um fato que comprova isso foi a eleição para o governo do estado, ainda que se reconheçam as virtudes da companheira Márcia Tiburi, o processo de escolha de sua candidatura foi de cima pra baixo, sem nenhuma discussão coletiva com a base partidária, o que por tradição sempre foi feito pelo debate e, em algumas ocasiões, por uma intensa luta interna. O resultado da eleição não poderia ser outro, encolhimento das bancadas estadual e federal, perda de nossa cadeira no senado e fraco desempenho para o governo.

No município do Rio de Janeiro, capital do estado, nessa mesma conjuntura e não muito diferente da direção regional, a falta de uma direção partidária municipal voltada para a organização e fortalecimento do PT, tendo como foco a construção de uma base social forte e organizada, levou a capital aos números de meados dos anos 80, quando a bancada era composta por apenas dois vereadores.

Na Baixada Fluminense, região com mais de 4 milhões de habitantes e parte integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a situação não é diferente. Alguns governos na região passaram a ser dominados por milicianos e em todas as câmaras municipais encontramos representações do chamado “poder paralelo”. Simultaneamente, os processos eleitorais tornaram-se verdadeiros momentos de compra de votos pelas campanhas milionárias, sem que a Justiça Eleitoral estabeleça a garantia da isonomia e o combate ao abuso do poder econômico.

Depois do PT administrar, simultaneamente, quatro cidades: **Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo e Paracambi**, vice-prefeitos e presidência de casas legislativas em várias cidades, atualmente, os vereadores do partido não tem vida orgânica e não temos presença nos executivos. Havia uma presença militante nos movimentos sociais, pastorais sociais e sindicatos. Várias lideranças surgiram a partir de processos de lutas, dando voz e materialidade as políticas públicas de inclusão, inversão de prioridades nos gastos públicos e ampliação dos serviços públicos. No entanto, há muita fragilidade na organização social e são poucos os quadros que atuam nos movimentos sociais.

O interior reflete o panorama estadual, a última eleição fortaleceu setores de direita e a formação de blocos de poder locais com perfil conservador, além do mesmo quadro de deficiência das direções partidárias, perda de base social e a perspectiva de não eleger vereadores(as) petistas no próximo pleito. No entanto, é preciso destacar o sucesso da administração com perfil popular da cidade de Maricá e é fundamental manter a presença do partido nessa cidade. Tem sido referência do modo petista de governar em todo o estado.

O partido em todo estado, ao longo desses últimos anos inflou bastante, muitos militantes foram alçados à condição de executores de políticas públicas. Foi um processo natural e necessário, mas que deixou as instâncias de direção esvaziadas e distantes dos espaços de participação popular, muitos dos quais incentivados pelas nossas administrações. A partir as eleições de 2014, quando a onda antipetista ganha musculatura, vimos o quanto se tornou difícil fazer política no Rio de Janeiro.

4 - O desafios do PT

O nosso Partido é de uma inegável importância para a luta dos trabalhadores ao longo das últimas quatro décadas, principalmente quanto ao enfrentamento à ditadura militar, para a consolidação do processo de redemocratização brasileira e na adoção de políticas governamentais que diminuíram a histórica desigualdade brasileira. Porém, equívocos e desvios foram cometidos e temos perdido referência junto a diversos setores sociais. É hora de um balanço e de mudanças.

A primeira mudança diz respeito a transformar o PT de partido cartorial institucional em um partido movimento. A pauta dos movimentos sociais novos e antigos não estão na agenda das direções em todos os níveis. É verdade que muitos petistas estão à frente das lutas sociais, porém o PT não. Um partido movimento prioriza as ações dos movimentos sociais, formula, integra, participa, colabora e incentiva a atuação da sua militância, que precisa estar envolvida nas discussões e ações dos setoriais e dos núcleos, nas atividades de formação e de discussão política, nas manifestações públicas.

A segunda mudança trata de transformar a direção como profissão para uma direção militante. As eleições do PT têm levado para direção do partido dirigentes forjados em maiorias estéreis e sem representatividade. Esses dirigentes, sem militância nos movimentos sociais e sem representatividade na base social do PT, transformaram-se em funcionários sem força para dirigir, coordenar e orientar o Partido e sua militância. O PT precisa de uma direção formada por dirigentes militantes com inserção nos movimentos sociais e representatividade na base partidária.

Estamos às vésperas das eleições de 2020, se não tivermos uma direção firme e ousada, candidaturas próprias para dialogar com as comunidades e movimentos sociais, apresentando uma proposta capaz de interagir com o povo pobre, o PT corre o sério risco de não eleger, se quer vereadores.

5 – Propostas

Com base nos elementos acima apresentados e a realização do VII Congresso do PT e encontros estaduais e municipais, o Partido Pela Base defende e propõe:

VII Congresso do PT

- A organização e realização do VII Congresso do PT tem o condão de mobilizar o partido para aprofundar as mobilizações populares, assim, são tarefas imediatas:

- Manter-se firme e organizado na luta pela liberdade do Presidente Lula;
- Defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras;
- Lutar contra a Reforma da Previdência garantindo o direito da aposentadoria para todos(as) e combatendo os privilégios;
- Defender o patrimônio público da cobiça do capital financeiro;
- Defender a não intervenção nos assuntos da Venezuela;
- Preparar o partido para novos tempos de resistência que requerem forte capacidade de formulação, organização e de enraizamento na sociedade brasileira.

- aprovação da resolução: “O PT precisa apresentar ao povo brasileiro um novo programa de esquerda para as transformações sociais necessárias em nosso país. Um programa democrático, popular, socialista e libertário, que integre as demandas históricas por integração regional, soberania nacional, democracia e bem-estar social, com as demandas dos segmentos historicamente oprimidos por sua condição social, origem regional, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, etnia ou geração.”;

- recadastramento de todos(as) filiados(as) do partido que reflita a base partidária real com um diagnóstico quantitativo/qualitativo para identificar onde os(as) filiados(as) atuam na sociedade e a adoção de medidas que não permitam o ensejo de práticas não condizentes com a ética e a história partidária com a punição aos envolvidos;

Diretório Regional

- Retomada da dinâmica de funcionamento regular das instâncias partidárias com uma agenda de trabalho que reforce o papel dirigente do partido e organize a nossa intervenção no Estado e considere as particularidades das microrregiões com acompanhamento sistemático dos diretórios municipais com prioridade para Baixada Fluminense e interior do Estado. Para isso, a liberação de dirigentes da executiva;

- de forma urgente, organizar e participar de formulações e mobilizações com a militância voltadas para o enfrentamento da política belicosa e autoritária do governador e contra qualquer política que vá contra os princípios que fazem parte da vida do PT”;

- Adoção de medidas de estruturação partidária que permitam às direções municipais depurarem as listagens de filiados, terem apoio técnico contábil e financeiro mínimo para o cumprimento das exigências burocráticas a que estão legalmente submetidas junto ao TRE;

- Retomada da Junta de Recursos do partido com representação das forças políticas para a resolução de conflitos encaminhados pelos municípios, ficando para a Executiva apenas os casos em que a Junta não conseguir consenso para os encaminhamentos.

- Criação de um Comitê de Gestão Financeira Estadual para a ampla discussão das finanças partidárias, tornando-as mais transparentes e permeáveis à formulação e controle sobre a aplicação dos recursos com um planejamento e racionalização de custos que permita a priorização de ações políticas e menor aplicação em sede e infra-estrutura interna;

- Democratização da informação interna com a transparência dos atos da executiva, diretório e bancadas e investimento nas redes sociais com a contratação de profissionais habilitados;

- Criação de uma Escola de Formação Política, articulada com a Fundação Perseu Abramo. Integrada à Escola, um Observatório de Políticas Públicas com técnicos que produzam dados e informações que subsidiem nossos executivos, parlamentares e demais militantes na formulação e avaliação de políticas.

Eleições 2020

- prioridade para a reeleição do prefeito Fabiano Horta em Maricá, pelas políticas exitosas na cidade que tornaram referência do modo petista de governar;

- apoio a construção num bloco centro esquerda das candidaturas a prefeitos(a) de:

* Aloísio Junior (Duque de Caxias), Pres. Sindicato da Casa da Moeda, integrante da CUT, ex-membro da Executiva Estadual e liderança popular na cidade;

* Erivelton (Paracambi), cidade que o PT governou 4 gestões e com um companheiro com grande capacidade de articulação e presença na cidade;

* Thayna (Belford Roxo), liderança jovem e mulher, um nome novo, que na eleição para a ALERJ teve um desempenho que a credenciou a essa disputa;

* Letícia Florêncio (São João de Meriti), jovem, mulher, negra e militante dos movimentos sociais da Baixada Fluminense, tendo sido candidata a vereadora e deputada estadual;

Além de candidatos(as) a vereadores(as) identificados(as) com as propostas do Partido Pela Base;

- formação de uma ampla frente de esquerda na cidade do Rio de Janeiro em apoio ao Deputado Marcelo Freixo;

- Intensificar o diálogo com outras forças políticas de centro-esquerda em todas as cidades, visando a formação de um bloco ideológico de enfrentamento da onda nazifascista que tenha como agenda a Campanha LULA LIVRE e a formação de frentes para as eleições municipais.

PARTIDO PELA BASE